

MAURÍLIO AUGUSTO DE ALMEIDA

RODOLFO GARCIA

A história de sua vida na vida da História

1981

11

RODOLFO GARCIA
A história de sua vida na vida da História

RODOLFO GARCIA

A história de sua vida na vida da História

Impresso em papel de algodão nº 42 de
Avenida Paulista, nº 1000, por
Livraria S. Paulo, S. Paulo, em 1971.

RODOLFO GARCIA
A historia de um povo no Rio de Janeiro

MAURÍLIO AUGUSTO DE ALMEIDA

R O D O L F O G A R C I A

A história de sua vida na vida da História

**Discurso de posse na Cadeira N.º 65 da
Academia Brasileira de História, em
sessão realizada a 30 de outubro de 1981.**

A imparcialidade enastra-se na consciência do historiador. Os pronunciamentos iluminados pela História não se definem à luz que nos agrada abrir. Mas, às vezes, o espírito de indulgência leva ao sacrifício da isenção certos homens rendidos ao culto da História. Prova frisante vós mesmos ofereceis ao atrair-me à cadeira de que é patrono nesta Academia o inolvidável Rodolfo Garcia: a Cadeira n.º 65. Só por liberalidade ou benevolência podereis aceitar meu ingresso em vosso convívio. Abençoada liberalidade ou dadivosa benevolência! Agora, surpresa ante vossa mercê, poder-se-á ouvir em tom pejorativo a voz do espanto — Mentira! História! Eis como a conceituação da História pode apresentar-se às avessas.

Ao dar-vos às pesquisas nos arquivos do coração, pusestes em recesso o foro que vos inspira os julgamentos. Mas procurarei corresponder gratamente aos vossos estímulos perseverando no ofício de aprendiz da História. Contarei com vossas advertências e com as lições de quantos tem enriquecido vossos domínios culturais; contarei, inclusive, com os ensinamentos de Rodolfo Garcia, luminoso

participante do triunvirato potiguar a que também pertenceram Tavares de Lyra e Tobias Monteiro. Como seus dois outros companheiros, meu patrono se devotou extremamente ao estudo da chamada **História tradicionalista**, metido no passado remoto do Brasil. Essa é também a História a que concedo apreço prioritário, embora convencido de que sua visão, em conjunto, depende muito da lente dos olhos de quem a cultiva. Sem passado não há História; o passado é sua alma.

I — PRESENÇA CULTURAL DA PARAÍBA

Este ato acadêmico só não se empana por inteiro graças à circunstância de envolver significativo preito de reconhecimento aos méritos de dois outros paraibanos realmente ilustres: Eduardo Martins e Tarcísio Burity. A Academia deu assento ao primeiro na cadeira de que é patrono José Maria dos Santos e ao segundo como Conselheiro. Eduardo Martins, à semelhança de Vieira Fazenda, tem vivido engaravatando, pesquisando, rebuscando tudo quanto o sabor da História lhe possa aguçar o espírito; sua produção cultural, desdobrada em tantas outras minas, robustece a bibliografia brasileira.

Sinto-me engrandecido no convívio com os mestres da nossa História e vejo este momento como um dos mais altos de minha vida. Ele ainda mais se destaca ante a presença do jovem e eminente Governador Tarcísio de Miranda Burity, justamente distinguido pela nossa Academia. Aquece-lhe o espírito a luz de uma inteligência esmerada, servida pela provisão de uma cultura que lhe dá à criatividade recursos inesgotáveis.

II — O TEMPO DE RODOLFO GARCIA

Não sei como ser possível ao sementeiro das verdades históricas a busca da autenticidade fora das fontes em que elas se entranham. Mas também não sei dar crédito àquelles que as procuram sem olhos de ver. Sei, isto sim, que meu patrono é reconhecido como um historiador autêntico deste nosso país. Sua competência foi louvada até mesmo na revisão da obra famosa de Varnhagen, por ele em larga parte refundida com emendas reparadoras. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia nasceu no Ceará-Mirim, na antiga Província do Rio Grande do Norte, em 25 de maio de 1873. Seu pai, que chegou a ser Desembargador da Relação aqui na Paraíba, nasceu na cidade cearense de Fortaleza; ainda moço, foi morar com a família em Pernambuco.

Formado em Direito pela Faculdade do Recife, transferiu-se para o Rio Grande do Norte e ali se casou; ali foi Promotor Público, Juiz Municipal e Deputado à Assembléia Legislativa. Carpido por agravos políticos, trocou a terra potiguar por esta terra dos tabajaras. Aqui, na Paraíba, foi Juiz de Direito da Comarca de Bananeiras, da qual veio a ser removido para a de Pedra de Fogo. Em 1891, após o advento da República, atingiu o cargo de Desembargador; depois, com a reforma judiciária, deixou de servir à Magistratura. Em consequência, voltou para Pernambuco, onde foi Diretor Geral de Estatística e, por último, Procurador Geral; faleceu no exercício desse cargo em 21 de agosto de 1899.

Os traumas sofridos pelo pai, entre ásperas alternativas do destino, há de ter influenciado a formação moral de Rodolfo Garcia. O futuro historiador amadureceu o espírito trancado dentro de si mesmo, só logrando amai-nar a pesada feição de sua catadura nos repentes em que sublimava os aperreios íntimos; dava-se, inofensivamente, à ironia leve. A vida ensinou-lhe a ser indulgente, bondoso, prestativo, tolerante, despido de toda vaidade; até mesmo no modo de vestir-se. Embora modesto e trancado, prendendo-se no estudo de horas a fio, abria-se aos monólogos amenos da sabedoria. Em 1830, há precisamente um século, quando só possuía sete anos de idade, certo fato transformado em escândalo há de ter-lhe transido o sentimento; seu pai estava em cena. O fato aconteceu em Bananeiras e foi descrito numa publicação do tempo, que conservo como raridade.

Segundo a versão dominante, o magistrado encobrirá certa trama de um rábula, que, por isto mesmo, foi agredido na rua por desconhecidos; indo ao encalço dos agressores, o pai de Rodolfo foi punido fisicamente. O fato motivou a abertura de um inquérito rumoroso, sendo o suposto mandante assistido pelo advogado Albino Meira de Vasconcelos, que deixou marcas ilustres na vida parai-bana daquele tempo. Não interessa à História o emaranhado nutrido nas crônicas políticas. O historiador quando calca o terreno dos fatos pendentes de provas não se livra de enganos, omissões e contradições. O acontecimento de efeitos perdurantes não se explica por si mesmo; deu-se, no caso, uma contingência que o tempo sepultou sem ressonância na História desta terra. O acontecimento histórico às vezes possui caráter maciço, muitas vezes pres-

sionado por causas que o historiador, sozinho, não sabe deslindar. Rodolfo Garcia não se fez alheio a esta verdade.

Meu patrono adquiriu os primeiros conhecimentos em sua terra natal. Já adolescente, tentou a carreira das armas como aluno da Escola Militar do Ceará, sendo depois transferido para a sua congênere da Praia Vermelha, que se fez famosa no Rio de Janeiro. Ao ocorrer ali a revolta debelada no tempo de Prudente de Moraes, sofreu a pena de expulsão; anistiado, como seus colegas rebeldes, desistiu do curso e voltou ao Recife para estudar Direito. Ali colou grau em 1908 e ali se casou com Ester de Oliveira, pertencente à família dos Barões de Beberibe. Raimundo Nonato traçou-lhe o perfil em livro sobre os bacharéis de Olinda e Recife formados nos áureos tempos do ensino jurídico: "Homem superior pelo feitio moral, pela formação e pelo conjunto dos atributos e das qualidades de caráter, merecia, por todos os títulos, a nobreza daquele julgamento de Oliveira Lima, que o fazia digno de figurar numa fachada grega, quando, com a força da concisão dialética, asseverou que Rodolfo Garcia nos ensinou o Brasil".

As atividades forenses não se prestaram ao seu destino; fez-se jornalista, professor e burocrata, embora com um livro assiduamente aberto numa leitura em que varava as horas. A política tornou-se o derivativo da sua vida nas hostes chefiadas pelo Conselheiro Rosa e Silva, que tantos cargos influentes exerceu no país. A debandada movida pelas perseguições resultantes da subida do General Dantas Barreto ao Governo de Pernambuco obrigou-o a abandonar o Estado, indo residir no Rio de Janeiro.

ro. Os frutos do magistério dar-lhe-iam o sustento no Colégio Progresso como professor de História, Geografia, Português e Francês; já se havia habituado em Pernambuco ao ensino de tais matérias nos Colégios Wolff e Santa Cruz. É desse tempo carioca sua tese sobre **Sistema de Classificação Bibliográfica**, apresentada ao Museu Nacional como candidato a concurso para bibliotecário. As conjunturas não lhe permitiram o êxito merecido; quem não tem padrinho morre pagão...

Ainda hoje, o texto de sua tese abre sinais verdes aos trabalhos de organização e valorização dos cursos de biblioteconomia. Adestrado no jogo da perseverança, fez-se sucessor de Vieira Fazenda como bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; ali conquistou a amizade preciosa de um historiador já por todos consagrado: Capistrano de Abreu. Cargo idêntico exerceu no Instituto dos Advogados da antiga Capital Federal e na Academia Brasileira de Letras, assim como o de Secretário da Faculdade de Direito do Catete, então dirigida pelo Conde de Afonso Celso. Em 1930, assumiu a direção do Museu Histórico e, pouco tempo depois, a da Biblioteca Nacional. Alguns dos seus estudos dessa quadra foram sobre nossa Cultura Indígena, os Missionários Capuchinhos, a História das Explorações Científicas do Brasil, os Judeus no Brasil Colonial e do Santo Ofício na Bahia, o Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Portuguesa e o Florilégio da Poesia Brasileira.

Sua dedicação às investigações de interesse histórico empolgou-o a partir do tempo em que foi servidor do Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco. Dando-se às pesquisas de brasileirismos, jun-

tou pedras que lhe valeram a construção de um monumento simbolizado nas páginas de um Dicionário célebre, “verdadeira raridade a mercar-se por elevado preço”. A lexicologia indígena, além de requerer sua atenção, deu-lhe acesso à corte em que foram vistos José Veríssimo, Macedo Soares, Beaurepaire Rohan, Chermont de Miranda, João Ribeiro, Roquete Pinto e alguns outros valores humanos da cultura. Ao coletar os verbetes do seu **Dicionário de Brasileirismos**, publicado em 1925, capacitou-se de que o Brasil era mais conservador do que Portugal, antes influenciado pelas invasões francesas. Nosso país ter-se-ia favorecido até 1808, em consequência do fechamento dos portos ao comércio exterior.

Mas não deixou de reconhecer que as mudanças são causadas por maior ou menor atuação de fatores mesológicos, como a continuidade territorial, as facilidades de comunicação, a homogeneidade ou heterogeneidade de cultura ou, em suma, os elementos étnicos da população espalhada pelas várias regiões. Sua presença na direção da Biblioteca Nacional estimulou a concentração de quantos o procuravam em busca do saber vivo. A sala do Diretor era ponto de encontro de homens eruditos, afeitos ao estudo do Brasil por dentro e por fora. Josué Montello fixou em notas biográficas certo diálogo em que Rodolfo Garcia fora visto com uma lente assestada em frente de um manuscrito deitado sobre a mesa cheia de papéis; decifrava o velho apócrifo do **Tesouro Descoberto do Rio Amazonas**, do Padre João Daniel.

Uma senhora perturbou a atenção do mestre com esta pergunta: — “Doutor Garcia, qual a fazenda que Dom João VI comprou no Estado do Rio, quando chegou ao

Brasil?”. Eis a resposta: — “Minha senhora, Dom João VI nunca veio ao Brasil”. O esclarecimento armou um diálogo: — “Não veio ao Brasil?”. Coando os olhos míopes pelo vidro da lente, o mestre positivou: — “Não, não veio quem veio foi o Príncipe Regente”. E mais: — “Também não comprou nenhuma fazenda no Estado do Rio”. A verdade lhe foi à boca sem alterar-lhe a posição da cabeça pendida sobre a mesa. A consulente supôs espancar a dúvida anacrônica em que incorrera com esta afirmação: — “Sim, era a Província do Rio de Janeiro”. Mas Rodolfo Garcia deixou-lhe o sangue afogear as orelhas com o remate: — “Também não; era a Capitania do Rio de Janeiro”.

O biógrafo voltou a fixá-lo na ocasião em que o viu de pé, cercado de livros, num transbordamento de euforia: — Saiba que casei a última filha de Tomé de Souza”. O historiador estivera às voltas com a lembrança desta passagem: Quando o Primeiro Governador Geral veio para o Brasil com sua Corte, contando-se nela setecentos ou mais portugueses, trouxera consigo trinta e cinco jovens lusitanas; eram bonitas, solteiras e aqui se desposaram. O mestre pesquisara durante anos o registro de casamentos e conseguira decifrar todos os enigmas. Ao identificar o trigésimo quinto matrimônio, fugiu ao retraimento habitual e vibrou de alegria: — “Casei a última filha de Tomé de Souza!” José Honório Rodrigues escreveu que só faz história quem tem sensibilidade histórica. O episódio invocado comprova quanto Rodolfo Garcia era sensível no apego ao descobrimento do passado.

Sua riqueza cultural não se perpetua apenas nos inúmeros trabalhos de que se fez autor, são muito precio-

sas as anotações com que valorizou livros alheios, inclusive a **História Geral do Brasil**, de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. O esmero e a profundidade com que se houve nesse mister só têm confronto com sua modéstia inveterada. Ela transparece no esclarecimento introdutório constante da terceira edição dessa obra clássica: — “As notas menores vão ao pé da página; as que exigirem maior explanação ou transcrição de documentos vão para o fim da correspondente seção; umas e outras, quando seguidas da sigla A, devem entender-se como pertencentes ao autor; de C, ao Professor Capistrano de Abreu; e de G, ao abaixo assinado”. Sabemos que Rodolfo Garcia foi quem redigiu o maior número das preciosas anotações incluídas na obra.

Capistrano de Abreu não relutara em fazê-lo parceiro na empresa, mas ao famoso mestre não coube a ventura de ver publicado nenhum dos cinco volumes; faleceu após a revisão das provas do primeiro tomo e, daí por diante, coube apenas a Rodolfo Garcia a beneditina tarefa. Ao relembrar isto, Afonso Taunay acentuou: “A poucos é dado imaginar o que representa a ampliação do texto de Varnhagen. O labor exaustivo exigido ao revisor é destes cuja rememoração traz a quem o procura um certo princípio de anemia cerebral ante a evocação do sentimento de fadiga certamente provocado”. O douto comentarista aduziu: “Só um oficial de ofício poderá avaliar o que realmente representa esse imenso labor de pesquisa, confrontação e escolha, apresentado com tamanha segurança, numa demonstração da qual ressumbra impressionante probidade”.

Em verdade, “ao confrontar-se a **História Geral** de Varnhagen e a **História Geral** de Varnhagen, Capistrano e Garcia, cabe a impressão de que finíssimo diamante se engastou dentro de outro, de sua mesma e puríssima água”. O principal revisor selou seu namoro com a **História** desde os idos do seu tempo pernambucano, a partir de quando lhe foi dado ler a obra do magistral historiador, guardando a impressão de que “ela era diferente das outras **Histórias** já suas conhecidas; mais fatos, mais pormenores, mais lúcida interpretação, mais ciência, mais história”. Naquele período do seu aprendizado já se havia amestrado na filologia e se adentrava no preparo do seu **Dicionário de Brasileirismos**. Já havia entrado na casa dos enta ao lançar-se à produção cultural; escreveu algumas páginas de boa literatura, mas foi como historiador que se engrandeceu no acervo bibliográfico do país. Algumas de suas obras conhecerão a perenidade.

Ainda há pouco, ao suceder na Academia Brasileira de Letras a Elmano Cardim, como ocupante daquela mesma cadeira antes pertencente a Rodolfo Garcia, disse Otto Lara Resende: “Rodolfo Garcia foi um modelo de honradez intelectual, de erudição, de paciência e de obstinado devotamento ao Brasil”. Aqueles que lhe disputavam o convívio na Biblioteca Nacional, representantes dos melhores padrões da cultura, compunham a famosa **Academia Garciana**. Um dos componentes observou que “as reuniões daquela Academia não serviam às conversas frívolas sobre os episódios da vida cotidiana, tampouco de pretexto para as madraçarias burocráticas”. Ali se juntavam homens doutos afeitos à troca de conhecimentos marcados por preocupações afins. Ali eram vistos, entre ou-

tros, Afrânio Peixoto, Tasso Fragoso, Pedro Calmon, Batista Pereira, Hélio Viana, Vanderlei Pinho, Leão Teixeira, Carlos Pontes, José Honório Rodrigues.

Quando só, à sua mesa de trabalho, entre atulhos de livros e processos, não eram raras as vezes em que se punha de olhar preso na leitura de alfarrábios. A presença do Diretor, naquele Gabinete, era sentida pelo cheiro do fumo queimando no seu cachimbo. Levi Carneiro recordou-o em discurso: “Quem o visse, baixo, corado, cabelos e bigodes brancos, além de curtos; quem soubesse de sua obra ou quem só lhe conhecesse a falta completa de qualquer vaidade, não lhe poderia atribuir a personalidade forte, nobre e ativa, que era a sua. Austero, discreto, comedido, cortês, solícito, serviçal de quantos lhe invocassem os ensinamentos, era, ao mesmo tempo, malicioso, irônico e até implacável no julgamento dos pretensiosos”. A indiferença aos feitiços da vaidade ia a ponto de ceder parte do tempo destinado à sua produção cultural ao encargo de emendar ou complementar obras alheias que lhe merecessem apreço.

Suas horas de lazer foram dedicadas à armadura dos andaimes que algum dia hão de servir à construção da História completa do passado remoto do Brasil, à espera de novos obreiros qualificados. Na senda dos três desbravadores — Varnhagen, Oliveira Lima e Capistrano — Rodolfo Garcia ajudou no preparo da nossa História erudita; nessa História, os fatos sabiamente pesquisados superam a filosofia neles contida. Ao fixar-se nesse juízo, Elmano Cardim se deu conta de que seu predecessor na Academia Brasileira de Letras não se preocupou com o sentido dos acontecimentos, mas com a sua realidade. Si-

tuando-os em face das provas documentais, meu patrono "soube pôr as narrativas a coberto de qualquer controvérsia e transmitir ao exegeta o manancial para a interpretação". Ele não se fez cronista da História, nem mesmo no tempo jovem do assanhamento. Ao contrário do cronista, o historiador sente quanto lhe é necessário recorrer às fontes primárias, somente desvendáveis através de investigações. Os verdadeiros historiadores reconhecem a verdade ouvida na França: "L'Histoire est fille de son temps". A advertência de Michelet não se desmerece: "A História é a ressurreição do passado".

A história da vida de Rodolfo Garcia é limpa como a vida de sua História. Seu conterrâneo Peregrino Júnior fez apenas justiça ao considerá-lo "modelo acabado e preclaro de modéstia, bondade e sabedoria". Daí a afirmação de Afonso Taunay ao recebê-lo na Casa de Machado de Assis: "Viestes trazer-nos o remate de uma vida consagrada à nobreza dos serviços à nossa pátria e coroados pela ampliação, que é quase um refazimento, de um dos maiores padrões das nossas letras, a **História Geral de Varnhagen**". Ele ingressou naquele cenáculo para ter assento na cadeira que, sob o alto patrocínio do próprio Varnhagen, havia sido inicialmente ocupada por Oliveira Lima; este sucedido por Alberto Faria, predecessor de Rocha Pombo. Coube-lhe encerrar na Academia a tradição de uma poltrona até então pertencente aos representantes conspícuos de nossas letras históricas.

A sina que acarinhou ao longo da vida permitiu-lhe entreter-se permanentemente com manuscritos e documentos portadores de verdades ocultas. Tornando-se íntimo de ignorados textos, certificou-se de que a Histó-

ria exige a inspeção dos acervos arquivais em que a massa de papéis virgens é simplesmente imensa. José Honório Rodrigues reportou-se recentemente à importância dos documentários, temendo a destruição de alguma de suas partes em conseqüência da intentada desburocratização da vida administrativa do país. Seu pronunciamento foi no sentido de que “o crescimento gigantesco da produção documental devido ao desenvolvimento do serviço público e à publicação documental e de microfilmes, assim como a reprodução por xerox ou meios semelhantes, tornaram esmagadoramente amplas as fontes da História Moderna e Contemporânea”.

Daí haver reconhecido quanto “aos arquivistas e historiadores é necessário advertir às autoridades e ao povo de que no espaço da desburocratização há uma ameaça de destruição indiscriminada de papéis, afetando o patrimônio histórico nacional”. A história da escravatura talvez fosse contada com outros pingos nos is se subsistisse a parte queimada do seu documentário. As obras prolixas de História Geral desprovêm-se de mérito quando os autores desprezam no preparo a riqueza espalhada nos documentários ou solta à espera, quase sempre frustrada, daqueles que lhes sabem medir o valor intrínseco. Preço maior possuem as monografias em que a segurança e a paciência procuram esmerar-se na sólida apresentação de um determinado tema histórico. Certo historiador francês já nos havia alertado: o apreço às obras globais é efêmero; preferível é dedicá-lo ao esquadrinhamento dos aspectos restritos.

Estamos sentindo no dia-a-dia que as histórias folhudas não nos valem ao menos às consultas. O brando

Pedro Taques, incontestável rebuscador das fontes documentais, indignava-se contra o autor da **História da América Portuguesa** ante a carência do lastro de suas narrativas; Capistrano também não lhe perdoou a fuga à inspeção pertinaz das fontes. De tais censuras livrou-se Rodolfo Garcia; meu patrono valorizou sua obra por haver esgotado nela os temas a que se dedicou. Todos os seus estudos dão-nos provas disto, inclusive o largo ensaio sobre a **História Política e Administrativa do Brasil**, publicado sete anos após falecer. Composto com as apostilas das aulas que em 1932 ministrou no Museu Histórico Nacional, o livro despojou-se das “minúcias supérfluas de que os compêndios estão cheios”. Mas vale muito pela unidade do texto.

Ao aproximar-se o centenário de nossa Independência, a faina de Rodolfo Garcia desdobrou-se com uma contribuição para o primeiro volume do Dicionário organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vindo a lume em 1922. Trata-se de um estudo sobre a **Etnografia Indígena**, seguido de outro a respeito da **História das Explorações Científicas no Brasil**, considerado por Afonso Taunay “um dos ensaios mais proeminentes da nossa historiografia”. Taunay foi além ao dizer que “o ensaio trouxe ao autor extraordinário acréscimo de prestígio, verdadeira consagração de méritos já patentes”. José Honório Rodrigues ratificou: “O ensaio foi escrito com elegância, correção e, especialmente, com inteligência”. Sem embargo, atribuiu ainda maior destaque à sua Introdução ao volume correspondente à **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil, Denúncias de Pernambuco** (1929).

O douto historiador contemporâneo reconhece que o texto se tornou precioso como “síntese admiravelmente arguta, psicológica e interpretativa; nela, a firmeza, a segurança da informação e a beleza da composição casam-se numa apurada reconstituição da vida colonial”. José Honório pôs sua autoridade a serviço da justiça ao aduzir que “o autor se revelou capaz de dominar os documentos, interrogá-los inteligentemente e compor a vida tal qual ela foi vivida. Seu preparo de historiador reuniu conhecimento metodológico, investigação documental exaustiva, crítica histórica esmerada, capacidade de realização e composição”. Seu sucessor na Academia Brasileira de Letras, mais afeito à militância da imprensa, resumiu-lhe os méritos como se redigisse uma nota de jornal: “A universidade da sapiência de Garcia aprofundou-se na História e espraiou-se pela lingüística e etnografia, pela crítica, pela filosofia, pela literatura, por tantos e tão variados ramos de ilustração e cultura”.

Sua escalada iniciara-se nos **verdes anos** através de crônicas e críticas literárias publicadas no Diário de Pernambuco; às vezes com pseudônimos, **Sargento da Guarda** ou **Filobiblion**. A seriedade dos seus trabalhos como acentuou Magalhães Júnior, “refletia-se na tonalidade de uma personalidade arredia e de aparência xucra, sem que se possa encontrar no estudo biográfico de sua vida um ar de lirismo que emoldure o rascunho do seu elogio”. As devassas nos arquivos, as investigações silenciosas, as pesquisas demoradas, as análises de documentos, as leituras de alfarrábios e o fôlego da erudição, sobretudo, permitiram-lhe descer ao submundo ignorado pela maioria dos nossos historiadores. Bastariam os escritos com que

elucidou dúvidas pendentes da História para consagrá-lo. Eles valem por uma obra copiosa, “obra de monge que trabalha no silêncio de sua cela, longe das gambiarras vistas nos proscênios”.

III — O TEMPO NA HISTÓRIA

Mas a descoberta preciosa de documentos não faz o verdadeiro historiador acreditar que na autenticidade documental esteja contida toda a verdade. Não basta deixar-se levar pelos documentos, lidos uns atrás dos outros, para admitir o historiador verdadeiro que tenha feito a automática reconstituição dos fatos. Rodolfo Garcia não se agarrou aos documentários como se esgotassem os aspectos da História por ele estudados. Grande parte de suas vigílias foi consumida na retificação de conclusões por outros extraídas de leituras superficiais; não são muitos os historiadores que nos contam histórias aprendidas à luz de uma interpretação concreta. Interpretar documento histórico mediante leitura refletida e análise acurada é ofício de historiador que vive em lua-de-mel com a sabedoria paciente. Mas o documento histórico só se sujeita a descrédito quando a serviço de quem só pela rama se dá à História.

Ao discorrer a respeito da **querela do tempo curto**, Fernand Braudel desmereceu a valia dos documentários a serviço dos historiadores, preocupando-se em atribuir à História relevo vertical; menos voltada para as raízes do que para as alturas. Contudo, ele próprio ressaltou: “Se existe pecado de abusiva ou exclusiva preocupação com acontecimentos, a História não é a única responsável; todas

as ciências sociais incorrem na mesma culpa”. Talvez o historiador sinta o chão trêmulo quando, concentrado no presente, despreza a visão dos quadros retrospectivos. Se a História da Humanidade começasse hoje, nada de afirmativo ou convincente o historiador poderia oferecer de suas lucubrações. Não há narrativa que por si mesma constitua História, mas não se faz História sem narrativa. Não obstante, todo acontecimento histórico representa à luz da consciência do historiador uma simples amostragem de verdade por descobrir-se em sua inteireza.

Este pressuposto não exclui outra ressalva: a interpretação correta da História depende em parte da idoneidade do historiador, às vezes tentado às influências de um conteúdo ideológico ajustável às reivindicações do meio a que se considere econômica e socialmente radicalo. Ótimo seria se todos os historiadores pudessem livrar-se de pendores ideológicos e preconceitos, quando associam o passado ao presente, reunidos em período de larga duração. Não é simples fixar-se a larga duração do tempo abrangido pela interpretação histórica, influenciado por fatos ou condições às vezes de origem contaminada; às vezes, até mesmo pela violência. Engels admitiu que “a violência é a parteira da História”. Ouso acrescentar que nem todas as parteiras abominam os abortos. A luz da História tradicionalista a que se apegou Rodolfo Garcia não pousa na epiderme dos fatores casuísticos que algumas vezes provocam a revisão da própria História. Certo filósofo chegou a escrever, por isto, que o tempo da **História** cedeu seu lugar à leitura bem mais instrutiva de documentos.

A famosa historiadora Régine Pernoud procurou desmistificar a Idade Média em livro recente. Sem tender

à convicção de que ela constitui modelo das civilizações, procura desfazer com provas persuasivas o exagero do mito transformado em labéu: **noite de mil anos**. Parece abalar-se o tranqüilo juízo histórico a respeito, embora em grande parte chancelado pela autoridade magna de Michelet. O senso imperturbável às vezes torna perplexo o historiador idôneo, posto entre variantes: se a História é contada a destempo, talvez as provas que a poderiam lastrear já se tenha perdido, dando azo à sua substituição por versões, lendas, mitos e mistificações; se descrita ao calor dos acontecimentos que a envolvam, pode confundir-se com uma reportagem de fundo tendencioso. A História do presente só no futuro será concluída e a do passado nem sempre se esgota no presente; o presente, sendo o passado do futuro, só no futuro adquirirá definitivo contorno histórico.

Difícil é distinguir as efêmeras influências conjunturais daquelas outras que refletem condições de estrutura. A História que se estende ao presente não pode ser constituída apenas pelos historiadores; haverá de ser necessária a contribuição de sociólogos, antropólogos, psicólogos, ecólogos, demógrafos, geógrafos, economistas e outros cientistas sociais. A conciliação só se dará em caráter permanente quando todos se comunicarem intimamente, sobretudo os historiadores e os sociólogos. Mas ainda estamos vivendo uma fase polêmica, com desprezo dos diálogos alvissareiros. Creio, não ser demais admitir que os historiadores buscam estudar de preferência as realidades mortas, ao contrário dos sociólogos; estes se concentram nas realidades vivas. Contudo, vivas ou mortas, elas aprofundam o senso de que uns e outros se valem em comum.

Rodolfo Garcia dedicou-se infatigavelmente ao estudo das realidades mortas. A despeito de tanto arengar com os sociólogos e com os historiadores tidos como tradicionalistas, Fernand Braudel não faltou à principal verdade: **“Mesmo atraindo o presente e conjeturando sobre o futuro, o historiador não deixa de reconhecer que o campo específico de sua atuação se confina dentro do passado, sem cujo apoio não firma suas conclusões”**. O historiador não julga, narra, explica e interpreta. Quando o historiador se presume juiz corre o risco de comprometer a História. O historiador predisposto ao sustento de arengas com os demais componentes do mercado comum das ciências do Homem tenta deslocar o fulcro ainda inseguro da Filosofia da História.

A Filosofia da História não se propõe a adquirir feição de ciência dos valores, não tende a confundir-se com a Axiologia. Sua luz não se fixa no movimento pendular de juízos aflorados ante a relatividade dos conceitos. Do mesmo modo, o historiador idôneo premune-se contra as pressões e tensões sociais ou contra as tendências peculiares à sua índole ideológica. A sujeição tendenciosa das realidades históricas às dominantes assanhadas da atmosfera social enseja ao historiador o risco de valer-se em suas definições ou conclusões da luz acesa em facho de idéias doutrinárias. Muitos atribuem ao precursor da chamada interpretação econômica da História a teoria da subordinação de todos os fatores do desenvolvimento aos impulsos da economia. Entretanto, Marx afirmou foi que a transformação positiva da economia é uma das causas do desenvolvimento e, por isto mesmo, o fator econômico não pode marginalizar-se em face da mudança estrutural de um país.

O famoso doutrinador reconheceu que, numa sociedade, o teor da vida filosófica, política, jurídica, moral, religiosa, artística, literária ou cultural, em suma, resulta das suas condições econômicas. À interpretação da História interessam todos esses fatores, no estudo dos quais Marx enfatizou a influência da economia ao inserir no prefácio de sua **Crítica da Economia Política** esta síntese: “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual”. O espaço destinado à Filosofia da História parece não haver-se libertado da fluidez responsável pelo sustento das variações dialéticas, a despeito de ser constantemente cultivado. Eis o que nos adverte Raymond Aron em sua obra clássica. Cada filósofo puxa a brasa para a sua sardinha, inclusive Karl Marx.

A História chega a ser conceituada como **dialética da duração**. Lucien Febvre repetiu-nos durante os dez últimos anos de sua vida: “História, ciência do passado, ciência do presente”. Fico a imaginar o passado e o presente em estudo de piano a quatro mãos, as do historiador e as do sociólogo. Certo cientista social escreveu que filósofos e sociólogos talvez sorrissem e encolham os ombros ao sentirem a História especular no tempo largo ou de longa duração, esquecida do passado. A pacificação dos ânimos entre os cientistas sociais parece tender à formação de um mercado comum. A Sociologia procura tornar-se ainda mais adulta para servir ao historiador como uma companheira fiel, embora tentando ser aquela **ciência global** aludida por Georges Gurvitch. Não obstante, entre historiadores perduram interrogações sobre a função e a utilidade da História. Mestres de acentuado por-

te, admitindo que ela não se confina dentro do passado, nutrem dúvidas quanto ao seu limite no tempo que abarca.

Claude Lévi-Strauss parece aconselhar a contenção dos avanços ao considerar na História o que se disse ontem e o que acaba de ser dito. Assim, para o mestre do estruturalismo e seus seguidores, o historiador não participa, no mercado comum, da representação das ciências sociais que procuram pôr o pé no futuro. O utopista iria ao extremo de substituir o mercado comum por qualquer daqueles falanstérios atribuídos à imaginação de Charles Fourier; fantasiaria um falanstério habitado por todos os cientistas sociais em regime de condomínio, sem esquecer-se de que a História não abrange por si mesma a totalidade dos conhecimentos relativos ao homem. Um dos seus corifeus a considera uma dimensão da ciência social e creio, por isto mesmo, que ela deve ser vista no corpo da ciência social como vemos o galho numa árvore.

Georges Gurvitch antecipou-se ao quadro do futuro ao dizer que "História e Sociologia constituem uma só aventura do espírito; não só os dois lados do mesmo pano, mas um mesmo pano na espessura indistinta dos seus fios". Ao solidarizar-se com a afirmação vinda de tão alto, Fernand Braudel não precisou contar até dez ao aduzir que "a História e a Sociologia irmanam-se, identificam-se e confundem-se". Os economistas acordaram mais cedo; identificaram com antecedência suas relações com os sociólogos. Schumpeter chegou a reparar que "não há nada de surpreendente no hábito de invadirem eles o campo dos sociólogos, pois grande parte da obra dos economistas ou, praticamente, tudo quanto decidem sobre

as instituições e as forças de influência na conduta econômica dos povos também pertence ao domínio próprio da Sociologia". Mas o tempo de Rodolfo Garcia não atingiu o cruzamento das fronteiras; muito menos o tempo de Varnhagen, tido por João Francisco Lisboa como o "Pai da nossa História".

A História estende os braços à Sociologia sempre que lhe é necessário o conhecimento dos fatos sociais de caráter maciço. Em sua interpretação, os sociólogos valem-se de todas as ciências do Homem, inclusive da própria ciência dos historiadores. Dar-se-á o inverso, valer-se-ão os historiadores de todas as ciências do homem? A indagação talvez interesse àqueles que concordam em dilatar os domínios da História, conduzindo-a do instantâneo à larga duração dos fatos, senão mesmo à procura do perene. Tais são os historiadores que subestimam a importância do acontecimento isolado, trancado, encerrado ou aprisionado em sua curta duração como se não tivesse passado nem conduzisse ao futuro imediato efeitos atuantes. O acontecimento caracteriza-se, conforme eles nos fazem presumir, por seu cunho explosivo, tonante, com poder apenas para sensibilizar os contemporâneos.

Creio que a História não se alheia às conseqüências dos fatos projetados sobre o porvir com força influente, como são aqueles, por exemplo, que se deflagraram em nosso país com a Declaração da Independência, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. A História interpreta fatos, causas e efeitos, transitórios ou duradouros. O acontecimento que em seu bojo possua motivação ou implicação histórica, numa junção de causas e

efeitos, prolonga-se no tempo convertido noutros acontecimentos. Talvez a lição de Claude Lévi-Strauss possa ser melhor aprendida dizendo-se que a História é o que aconteceu ontem e o que acaba de acontecer. Atento às circunstâncias que envolvem os acontecimentos, às vezes desdobrados ao longo do tempo numa cadeia de sucessos ou realidades subjacentes, Benedetto Croce integrou a História toda e o Homem todo num corpo único e inteiro em que ambas as partes se misturam por completo. Ninguém presente, hoje, a fusão; mas, amanhã, a História e o Homem poderão ser redescobertos noutra acontecimento.

Rodolfo Garcia não alcançou as arengas entre os historiadores e sociólogos, embora a longa duração de sua própria vida. A Sociologia nasceu depois da História; os primitivos historiadores dela não puderam valer-se para a formação de um consórcio ou para a armação de um cenário em que aparecesse como pano de fundo. Mas o historiador prende-se prioritariamente aos tempos idos que a História procura ressuscitar, ao contrário do sociólogo; embora possa remontar ao passado, o sociólogo não se desprende do presente e, às vezes, é atraído ao futuro. O sentido do tempo varia entre o historiador e o sociólogo. A Sociologia presume pertencer-lhe este tema relativo à continuidade ou descontinuidade do tempo, conquanto muitos historiadores aparecidos já neste século o considerem como parte dos seus domínios. O patrono da minha cadeira afeiçoou-se à História tal como tradicionalmente cultivada; fincou-se por exclusividade no passado.

Senhores Acadêmicos:

Ao meu patrono quadra, realmente, a síntese apresentada pelo seu sucessor na Academia Brasileira de Letras: “Exemplo admirável de fidelidade e coerência; trabalhador zeloso e infatigável; espírito obstinado na busca do saber concreto; homem de ciência apurada; placidez sem renúncias morais, probidade sem jaça, sábio historiador”. É verdade; mas, além de tudo, um ser humano que prodigalizou aos seus semelhantes todas as riquezas do coração.

Paulo Viveiros, professor universitário no Rio Grande do Norte, publicou em página de reminiscências íntimas um trecho da carta que Rodolfo Garcia lhe escreveu do Rio de Janeiro na década de sua morte: “No próximo ano estarei aposentado; recuperarei, pelo menos, a liberdade de locomoção. Há vinte e oito anos, desde que vim de Pernambuco, as obrigações do trabalho não deixam que me desprenda de onde estou. Livre destas algemas, pretendo rever a terra em que nasci, assim como a Paraíba e Pernambuco”. Como lembrou o autor da página, “a Paraíba valeu-lhe como pátria dos enlevos de sua infância e Pernambuco a de sua formação cultural”.

A presença de sua infância marcou-se em Bananeiras, minha terra natal. Agora, ao relembrar-me dela, sinto ainda mais unguído meu íntimo para reverenciar a memória de um historiador que aos 76 anos de idade, morrendo no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1949, deixou iluminadas numerosas fontes encobertas no passado remoto do Brasil



Este trabalho foi composto
e impresso nas oficinas gráficas
da Editora Universitária / UFPb
em outubro de 1981

